

## PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL X COMERCIALIZAÇÃO DA CULTURA

KAREN MAJURIÊ DA SILVA<sup>1</sup>; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – karenmajurie14@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – lucostoli@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A narrativa em torno do que se entende por patrimônio tem mudado muito desde as suas primeiras concepções até hoje e tem ganhado diversas interpretações. Patrimônio, na origem se refere ao objeto que é passado através das gerações, enquanto que patrimônio histórico é uma expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, formado por um conjunto de objetos interrelacionados por um passado em comum (CHOAY, 1992). Patrimônio histórico deixa de ser apenas um objeto, passa a ser visto como patrimônio cultural e esta patrimonialidade não provém dos objetos, mas sim dos sujeitos (VIÑAS, 2003). O entendimento sobre patrimônio, enquanto parte da memória e cultura, teve um significativo crescimento, atrelando-o a muito mais do que objetos. Esse patrimônio deixa de ser uma coisa para se tornar parte formadora de uma identidade e ao mesmo tempo um meio transmissor da história de cada povo.

O Brasil tem sido palco de diversas manifestações culturais, sejam elas de caráter material quanto imaterial. Durante o período de colonização brasileira a maioria da produção arquitetônica era oriunda de referências europeias. Mas existiam também muitas construções feitas pela população local, seja na forma do índio construir suas ocas ou as casas de barro construídas no nordeste brasileiro.

Quando se fala em patrimônio edificado no Brasil, logo vêm em mente os antigos casarões de fazenda, as primeiras casas em centros urbanos ou as casas construídas em *Art Decò*, não é comum ser levando em consideração os locais e as formas de se construir que formam os espaços de memória. Preocupou-se apenas com a contribuição dos colonizadores ou dos povos dominantes, nada em relação aos povos submetidos (SERRA, 1984).

No entanto ao se falar de patrimônio cultural, o entendimento do que é parte formadora da memória brasileira se expande e atinge uma proporção muito mais visível e capaz de propagar essa identidade. A nossa cultura é resultado de longos períodos de interação entre os povos nativos e imigrantes, entre colonizadores e colonizados. Mesmo que essas interações nem sempre tenham sido benéficas, fato é que nossa identidade é resultado dessa mistura.

Devido a grande diversidade existente no Brasil e esta necessidade crescente que o brasileiro vem adquirindo de se reencontrar com suas raízes, de se reencontrar enquanto cidadão deste país vasto, é que muito tem se falado em preservação patrimonial. Claro que, é importante citar que as políticas de preservação já são pautas recorrentes na Europa desde o Séc XV e em 1916<sup>1</sup> se torna uma discussão presente em nosso território, tendo Alceu Amoroso Lima e o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade como principais incentivadores da preservação da memória nacional, culminando na criação do IPHAN em 1937. É previsto hoje na Constituição Federal o direito de todo ser humano a participar e a

---

<sup>1</sup> - O escritor Alceu Amoroso Lima e o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade viajam a Minas Gerais, anunciam a descoberta do barroco e proclamam a necessidade de sua preservação. No mesmo ano, Amoroso Lima publica na Revista do Brasil o artigo Pelo Passado Nacional.

usufruir dos bens materiais, bem como também é previsto os deveres para com a preservação do mesmo.

Contudo estas abordagens preservacionistas têm sofrido uma distorção e cada vez mais há um aumento da exploração econômica em cima do patrimônio, seja tornando-o um item turístico ou apenas vendendo uma transcrição da memória como forma de imagem. É sobre esta relação entre a cultura de massas e o preservacionismo que este trabalho discorrerá.

## 2. METODOLOGIA

Tendo como instigação inicial uma observação empírica, onde foi visualizado que o turismo em grandes sítios históricos está estreitamente ligado com o consumir cultura e não com o sentir e viver a mesma que surgiu a vontade de discorrer sobre esta discordância existente entre a preservação de bens culturais e a venda destes.

Foram estudados textos onde os autores fizessem uma abordagem a cerca da cultura de massas e da objetificação da cultura de modo a entender a razão de ser tão necessária à preservação, que estes bens sejam uma fonte contínua de retorno financeiro e do porque de eles não se bastarem em ser apenas portadores da memória.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da ideia de que vivemos em um mundo globalizado, em que possuir é muito mais valorizado do que entender. Um mundo este constantemente metralhado por informações, onde a cultura deixa de ser privilégio só de alguns e passa por um processo de massificação, onde diversas políticas públicas são adotadas de maneira a vender a quem quiser comprar e consumir a cultura. Otilia Arantes questiona a que corresponde esse novo estágio da sociedade capitalista contemporânea a que alguns estão chamando “era da cultura”. Não seria este um momento de reflexão sobre os rumos que esta era está realmente levando a cultura?

Muito tem se falado a respeito de significados, de história e de resgate cultural, porém muitas dessas tratativas envolvem, além de devolver a determinado povo sua identidade, desenvolver em cada região um pólo turístico capaz de alavancar o crescimento regional. Podemos citar como exemplo de resgate cultural, mas também de venda turística, a cidade de Salvador na Bahia. A cidade recebe um embelezamento e higienização cultural (ARANTES, 1998), são realizadas políticas de proteção públicas que vizam promover a cidade, deixando-a mais atrativa para visitação, mesmo que isso signifique transformá-la em um palco e suas expressões culturais em um grande espetáculo a ser fotografado.

Ulpiano cita um cartun publicado em uma revista francesa, onde um guia seguido por um grupo de turistas aborda uma senhora que está a rezar no interior de uma igreja, dizendo que ela estaria atrapalhando a visita, o autor crítica esta relação que existe entre o portador e o consumidor do patrimônio. Segundo ele a relação que a velhinha possui com a igreja é territorializada e existencial, enquanto que a relação dos turistas é desterritorializada e fora do seu cotidiano (MENESES, 2009).

Arte é, em sua definição na filosofia estética tradicional uma “finalidade sem um fim”, ou seja não possui fins relacionados a práxis humana em geral. Enquanto que mercadoria possui finalidade de consumo (JAMESON, 1980). Em um mundo onde absolutamente tudo se tornou mercadoria a arte, a cultura e a memória

seguiram o mesmo caminho e vemos isso claramente quando observamos a relação que existe entre patrimônio cultural e turismo. Hoje existe o que é chamado de consumo da imagem, as pessoas viajam para lugares tidos como históricos e registram imagens daquilo que veem. Como citado por Otília, Salvador é um exemplo brasileiro do que Jameson trata como consumo da imagem. As pessoas vão a Salvador, registram fotos dos locais, dos ritos, da cultura e levam para suas casas as fotos e bens materiais que objetivam o bem cultural e o tornam uma posse.

#### 4. CONCLUSÕES

É preciso entender que apesar de esta comercialização existente hoje em torno das expressões culturais e apesar de existirem defensores populistas que alegam ser o capitalismo um agressor da memória, também é necessário aceitar que se não houver algum tipo de investimento e de retorno financeiro não será possível manter aquele bem.

Sem a devida valoração dos bens culturais e a promoção dos mesmos, se torna praticamente impossível proteger e manter estes bens para as pessoas que possuem relação afetiva e de memória com os mesmos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. B. F. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Ed. USP, 1998.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

IPHAN. **Linha do Tempo – IPHAN 80 anos**. Acessado em: 28 de julho de 2018. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>

JAMESON, F. Reificação e utopia na cultura de massas. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, v.1, n.4/5, p. 17-46, 1980.

SERRA, O. Questões de identidade cultural. In: ARANTES, A. A. **Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p.97-123.

MENESES, U. T. B.; O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, 1. Ouro Preto, 2009, **Sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília, DF: IPHAN, 2012. v.1. Conferência Magna p.25-39.